



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE HISTÓRIA

FÁBIO AFONSO AMORIM DE OLIVEIRA

**HOMOFOBIA, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS DE INCLUSÃO: ALGUMAS
CONSIDERAÇÕES SOBRE DIVERSIDADE NUMA ESCOLA EM BRAGANÇA (PA)**

BRAGANÇA – PA

2024

FÁBIO AFONSO AMORIM DE OLIVEIRA

**HOMOFOBIA, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS DE INCLUSÃO: ALGUMAS
CONSIDERAÇÕES SOBRE DIVERSIDADE NUMA ESCOLA EM BRAGANÇA (PA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Bragança, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Me. Benedito Emílio da Silva Ribeiro.

BRAGANÇA – PA

2024

FÁBIO AFONSO AMORIM DE OLIVEIRA

**HOMOFOBIA, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS DE INCLUSÃO: ALGUMAS
CONSIDERAÇÕES SOBRE DIVERSIDADE NUMA ESCOLA EM BRAGANÇA (PA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Bragança, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Data de aprovação: ____/____/____

Parecer: _____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. M.Sc. Benedito Emílio da Silva Ribeiro (Orientador)
Faculdade de História – UFPA, Campus Bragança

Profa. Dra. Eliane Cristina Soares Charlet (Examinadora Interna)
Faculdade de História – UFPA, Campus Bragança

Homofobia, Educação e Políticas de Inclusão: algumas considerações sobre diversidade numa escola em Bragança (PA)

Fábio Afonso Amorim de Oliveira

Resumo: Este trabalho busca compreender o fenômeno da homofobia no ambiente escolar e o impacto do preconceito e da discriminação no acesso e permanência de estudantes LGBT's na escola, abordando as políticas públicas inclusivas, analisando a diversidade cultural e as bases dos preconceitos e das segregações nas escolas que podem ser tão perversos que os levam ao abandono escolar. Este processo representa um prejuízo educacional para o estudante LGBT's comprometendo sua formação escolar e pessoal, apresenta um percurso histórico da experiência homossexual em outros períodos, assim fazendo uma análise na perspectiva dos Direitos Humanos e apontando observação quanto à eficácia na sua garantia. Esta pesquisa propõe-se, finalmente, dar suporte a um plano de ação para a prevenção e a mediação do preconceito existente na escola em questão.

Palavras-chave: Bragança; educação; grupos LGBTQ+; direitos humanos; diversidade.

Introdução

Este trabalho foi pensado a partir de observações pessoais no decorrer dos meus estágios na Escola Estadual Leandro Lobão da Silveira, onde a homofobia no ambiente escolar se concebe como uma realidade pontual, tornando-se necessárias medidas urgentes para o combate a tal prática. Os modelos heteronormativos hegemônicos resultam em violências sistêmicas, em razão das orientações sexuais e identidades de gênero. Isso gera um prejuízo educacional para os/as educandos/as LGBTQIAPN+, comprometendo-os até mesmo na sua vida pessoal, é importante destacar que o direito a educação é prevista na legislação brasileira e enfatiza a igualdade de todos e deve ser contextualizada no sentido de não excluir grupos ou minorias.

Partindo desse pressuposto trato como problemática os impactos psicológicos que a discriminação e a homofobia causam nesses alunos, caracterizadas por atitudes que os prejudicam no desenvolvimento da autoestima, da competência social, assim como de relacionamentos interpessoais, gerando assim transtornos de personalidade nítidos em alunos que sofrem nesse ambiente calados. Todavia, é necessário buscar estratégias políticas e pedagógicas que transforme este ambiente escolar, em um lugar de respeito e reconhecimento das diferenças e das variadas formas de vivência da sexualidade, evitando a evasão escolar desses alunos LGBT.

O objetivo é fazer uma revisão bibliográfica por meio de textos acadêmicos, artigos e pesquisa, conteúdos sobre Gênero e Diversidade na Escola e observações pessoais vivenciadas no ambiente escolar. Sendo assim, se buscou compreender a etimologia e o conceito de homofobia, na perspectiva do Ocidente, e como existe uma pluralidade de formas de expressar sua sexualidade para além dos enquadramentos hegemônicos. Também se abordou aqui o direito à educação na diversidade, considerando as políticas públicas educacionais e a cidadania como condição política e social possível de ser exercida. Por fim, trato da homofobia na escola e como ela se manifesta de diferentes formas, fazendo alguns apontamentos de fatores que dificulta o acesso e permanência na escola da comunidade LGBT e quais são os desafios para construção de uma escola democrática e justa.

A homofobia: etimologia e conceito a partir do Ocidente

Sem dúvidas uma das mais importantes contribuições para a disseminação do preconceito e de tabus no combate à homofobia é o conhecimento. A homofobia ainda tem causado muitas vítimas fatais com tantas perseguições, de todas as ordens. Isso é fruto de intolerância descabido e irracional. Inicialmente é importante entender a etimologia da palavra e o conceito, e, posteriormente como é entendida e vivenciada no espaço público, especialmente na escola.

O termo homofobia se trata de um conceito contemporâneo, instrumentalizado no bojo da sociedade burguesa. Logo, determinar cronologicamente as origens ou o fenômeno da homofobia fica difícil. Michel Foucault (1985) retoma essa mesma ideia ao afirmar que a sexualidade contemporânea, desde uma análise científica, esteve dominada por processos patológicos e disciplinadores, o que levou as ciências e a religião a procurarem pela cura e a normalização desses comportamentos desviantes, desviados e dissidentes.

Etimologicamente, o termo é uma palavra formada por dois radicais gregos (homo=igual e phobia=medo). Este entendimento passa por várias disciplinas e contextos históricos e sociais diferentes. Até porque a homossexualidade não se restringe a dimensão biológica, tema de discussão e debate contemporâneo entre os estudiosos. Teve como marco inicial o ano de 1971, quando foi utilizado pelo psicólogo norte-americano George Weinberg, na qual afirma que as pessoas que alimentam a homofobia possuem problemas psicológicos, propondo, dentre outras medidas, a retirada do termo “homossexualidade” da lista de doenças. Nesse contexto, muitos homossexuais foram forçados a inúmeros procedimentos, bem como viverem nas clínicas psiquiátricas, os quais eram considerados perigos para a sociedade.

Logo, o conceito de homofobia como forma de preconceito ligado ao sentimento negativo a homossexuais, segundo Daniel Borrillo:

[...] tem sido utilizado para fazer referência a um conjunto de emoções negativas (aversão, desprezo, ódio ou medo) em relação às homossexualidades. No entanto, tendê-lo assim implica limitar a compreensão do fenômeno e pensar seu enfrentamento somente a partir das medidas voltadas a minimizar os efeitos e sentimentos e atitudes de indivíduos ou grupos de indivíduos (Borrillo, 2010, p. 7).

O termo homofobia tem sido amplamente utilizado para a conceitualização da violência e discriminação contra indivíduos que apresentem orientação sexual diferente da heterossexual, especialmente no Brasil (Junqueira, 2007). A homofobia é mais um termo presente nas várias formas de preconceito que se manifesta para inferiorizar e menosprezar os LGBT, é tão perverso quanto o racismo, o antissemitismo, preconceito de classe e tantas outras formas presentes de proscricão.

Os termos devem ser discutidos para além do fenômeno da patologização, assim era tratada a homossexualidade no Brasil pelos profissionais da área médica e que somente a partir de 1985 é que os Conselhos Federais de Medicina e o de Psicologia (1999) deixaram de considerar a homossexualidade como doença relacionada a distúrbios e perversão, o reconhecimento e posicionamentos da comunidade médica e clínica são importantes para possibilitar a construção de um conceito despatologizado, pois esses sentimentos por parte do homofóbico remetem a uma ideia medicalizante que associaram à homossexualidade à doenças:

[...] o termo costuma ser insistentemente empregado em referência a um conjunto de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação às pessoas homossexuais ou assim identificadas. Esta emoção, em alguns casos, seria a tradução do receio (inconsciente “doentio”) de a própria pessoa homofóbica ser homossexual (ou de que os outros pensem que ela seja). Assim, seriam indícios (ou sintomas) de homofobia o ato de se evitarem homossexuais e situações associáveis ao universo homossexual, bem como a repulsa às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Essa repulsa, por sua vez, poderia se traduzir em ódio generalizado (e, de novo, “patológico”) às pessoas homossexuais ou vistas como homossexuais. A homofobia aparece aí como um produto de uma patologia (Maia, 2009, p. 370).

É inegável a contribuição no campo do saber da comunidade médica e clínica quando entendem que não se trata de doença. Este entendimento passa por várias disciplinas e contextos históricos sociais diferentes, até porque a homossexualidade não se restringe a dimensão biológica. O fato de o termo homofobia ser muito usado para representar o preconceito à comunidade LGBT, uso do termo tem sido criticado e, até considerado inadequado por ter alcance individual e tratar de um modelo doentio de comportamento, por outro lado, Morrison

e Morrison (2000), propõem a expressão homonegatividade moderna para sustentar as expressões preconceituosas contra as pessoas homossexuais.

Entre os efeitos da discriminação baseados na orientação sexual, que se traduzem em situações que podem ir de “simples piadas” (violência simbólica e sutil) até ao insulto direto e agressão física (bullying homofóbico) que ocorrem em espaços públicos (como as escolas) e privados (como a família), os estudos destacam: a depressão, os transtornos de estresse pós-autoestima, o abandono escolar e a baixa ligação à escola, entre outros. Existem formas de violência e hostilidade menos irracional como observa Hudson e Richetts (1980) propondo a seguinte distinção entre homofobia e homonegatividade traumática, a ideação suicida ou tentativa de suicídio, os transtornos alimentares, o consumo de substâncias psicoativas, os baixos níveis de autoestima:

Esta última refere-se não só ao caráter de aversão e de ansiedade peculiares à homofobia no sentido clássico do termo, mas também e, sobretudo ao conjunto das atitudes cognitivas e de cunho negativo para a homossexualidade nos planos social, moral, jurídico e/ou antropológico. O termo “homofobia” designa, assim, dois aspectos diferentes da mesma realidade: a dimensão pessoal, de natureza afetiva, que se manifesta pela rejeição dos homossexuais; e a dimensão cultural, de natureza cognitiva, em que o objeto da rejeição não é o homossexual enquanto indivíduo, mas a homossexualidade como fenômeno psicológico e social. (Borrillo, 2010, p. 22).

O ser humano se constrói a partir de seu contexto social, para se entender as várias formas de comportamentos praticados pelo homem e as maneiras do psicológico intervir conforme as suas necessidades, isso nos faz compreender que a homofobia psicológica, está ligada a sentimentos negativos de ódio e aversão, assim assume uma dimensão individual. Portanto, a homofobia social ou cognitiva convive de forma “civilizada” e tolera a homossexualidade na sociedade, mas não reconhece a igualdade de direitos.

As sexualidades indígenas: outras formas de conceber a diversidade

O termo homossexualidade será utilizado por analogia para relacionar com a prática sexual entre os povos indígenas, de modo geral para sistematizar as referências sobre homossexualidade indígena na literatura clássica da etnologia brasileira, bem como apresentar textos recentes produzidos por antropólogos sobre a questão. Dessa forma, cabem aqui algumas considerações de caráter preliminar, em primeiro lugar, as várias fontes históricas disponíveis trabalham com diversos termos (como sodomia, pederastia e hermafroditismo, por exemplo), cada qual com um significado e existindo dentro de um contexto específico.

A homossexualidade indígena aparece de múltiplas formas em diversas fontes desde o início da colonização do Brasil. Pero Correia, por exemplo, em carta escrita em São Vicente em 1551 “para os irmãos que estavam em África” escreve logo no início de sua missiva que:

Escrevam-nos mais a miudo, como se hão em todas as cousas, para que saibamos cá como nos havemos de haver em outras semelhantes, porque me parece que estes Gentios em algumas cousas se parecem com os Mouros, assi em ter muitas mulheres e prégar polas manhãs de madrugada; e o peccado contra a natureza, que dizem ser lá mui commum, o mesmo é nesta terra, de maneira que ha cá muitas mulheres que assim nas armas como em todas as outras cousas seguem officio de homens e têm outras mulheres com quem são casadas. A maior injuria que lhes podem fazer é chamal-as mulheres. Em tal parte lh’o poderá dizer alguma pessoa que correrá risco de lhe tirem as frechadas.

Outra referência interessante é o texto intitulado “*Noticia sobre os Indios Tupinambás, seus costumes, etc. Resumido de uns manuscritos da Biblioteca de S.M. o imperador*”, publicado no primeiro número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, escrita por Gabriel Soares de Sousa, autor do Tratado Descritivo do Brasil (1587):

Não satisfeitos com esta vida de brutos, nem bastando esta liberdade para saciar a vontade venerea, são incessantemente dados ao peccado de sodomia, tendo-se por mais graves os que mais a frequentam; e não admitindo differença entre agente e paciente; motivo por que com a mesma publicidade o executam. Como a natureza humana não tem forças naturaes para suportar um tão continuado excesso, a ajudam estes gentios com unções, e refeições de certos oleos e hervas, em que a malicia tem descoberto virtude para este auxilio; e na verdade coopera muito para o seu intento. Mas a mesma natureza depravada os affrouxa, debilita e os mata esfalfados, posto que satisfeitos com as proezas que fizeram.

O texto nos oferece algumas informações interessantes: a sodomia apresenta-se incluída em um conjunto de vícios. Destaque também para outra referência à homossexualidade indígena provém de Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mocambos*, no qual ele discute a descrição de casais de homens Bororo. Na etnologia brasileira, o caso mais conhecido de um indígena homossexual certamente é aquele trazido por Pierre Clastres, em *A Sociedade contra o Estado* (1979). Nele, o autor reflete sobre Krembegi, um indígena Guayaki homossexual:

[...] na verdade um sodomita. Ele vivia com as mulheres e, à semelhança delas, mantinha em geral os cabelos nitidamente mais longos que os outros homens, e só executava trabalhos femininos (Clastres, 1979, p. 108).

A sexualidade humana é complexa demais para reflexões simplistas e de pouco fôlego. Conseqüentemente, o “índio homossexual” é uma construção que emerge no universo de contato com o colonizador e em meio ao processo de subordinação, colonização, proletarianização, cristianização, cientificização e racialização dos desejos e sexualidades dos indígenas, as

reflexões sobre a homossexualidade indígena são recentes, o tema tem sido pouco explorado no campo dos estudos interétnicos e das relações coloniais. Tudo isso representa um desafio para tornar essa questão um tema de investigação protuberante no campo de estudos das populações indígenas.

A visão europeia sobre a sexualidade indígena esteve em sintonia com outras imagens de selvageria, tais como o incesto, a corrupção, a inversão, o canibalismo, a poligamia, a embriaguez, a luxúria, a sodomia, a nudez, os bacanais e as lascívias, o ideal de civilização, raça e colonização, sendo responsável pela heterossexualização dos indígenas, na literatura clássica sobre a homossexualidade indígena surgem, por inúmeras vezes, interrogações sobre a viabilidade de afirmações tão generalistas e sobre o impacto do particularismo presente nas etnografias que abordam os indígenas no Brasil.

Essa literatura que foi se constituindo ao longo do tempo quase sempre nos leva a concordar que as comparações são possíveis, mas cada caso é um caso. Uma vez que o corpo ameríndio era visto como um reflexo da natureza corrompida, era preciso dominá-lo, pois através dele se chegaria à intervenção na alma. O homem católico europeu, praticante de sexo monogâmico com a esposa para fins reprodutivos era o ideal a ser perseguido de acordo com o projeto cristão ibérico. A colonização é instrumento de poder que além de nos moldar, ou moldar nossas ações, ela oprime hierarquizando e provocando distanciamentos em relações, ocorre que alguns sujeitos são mais afetados negativamente que outros quando essa colonização impõe certas “noções de raça, gênero e povo/nação” manejando as relações de poder e mantendo-as no controle, como discute Estevão Fernandes (2017). Ou seja, na perspectiva do autor: “O processo de colonização das sexualidades indígenas não pode ser compreendido fora da relação de trabalho e do modelo de moral e de família imposto ao longo da colonização” (Fernandes, 2016).

É necessário refletir sobre a persistência da quase inexistência de pesquisas nas ciências sociais brasileiras e, em particular, em antropologia, sobre a experiência e expressões da diversidade sexual e de gênero sobre o contexto da homossexualidade indígena na literatura clássica e entender através de estudos e pesquisas a percepção de que o uso que os indígenas faziam de seus corpos, afetos e de prazer era uma violação da natureza ou fruto de uma raça pervertida e condenada ao fracasso e dissipar essa carga pejorativa de preconceitos oriundos do processo colonial, bem como da cultura de homofobia do Brasil contemporâneo.

Direito à Educação: perspectivas sobre políticas públicas educacionais e a diversidade

As políticas públicas constituem um campo que busca colocar o “Estado em ação”, analisar essa ação é propor mudanças, caso seja necessário, assim podemos refletir sobre diversos interesses na implementação, formulação e desenvolvimento dentro do ambiente escolar, tais práticas estão ligadas aos embates teóricos no campo das ciências humanas e da educação em relação a objetivos da escola, formas de organização e gestão e de condução do processo de ensino-aprendizagem. Muitas pesquisas têm mostrado que as políticas educacionais aplicadas à escola nas últimas décadas têm sido influenciadas por orientações dos organismos internacionais, as quais produzem um impacto considerável nas concepções de escola, conhecimento escolar e na formulação de currículos.

Essas políticas trazem junto o desfiguramento da escola como lugar de formação cultural e científica, em consequência, a desvalorização do conhecimento escolar significativo. Michael Young (2007), descreve no seu artigo como são colocados em relevo as tensões e os conflitos de interesses na sociedade mais ampla em relação aos objetivos e funções da escola, ele desenvolve a ideia de que as escolas existem para o propósito específico de promover a aquisição de conhecimentos e que a negação desse propósito equivale a "negar as condições de adquirir 'conhecimento poderoso' para os alunos que já são desfavorecidos pelas suas condições sociais". O autor argumenta que não há contradição entre democracia e justiça social e o papel das escolas em promover a aquisição de conhecimentos.

Apesar do número reduzido de artigos de Young traduzidos em nosso país, “[...] suas formulações têm se constituído referência indispensável para todos os que vêm se esforçando por compreender as relações entre os processos de seleção, distribuição, organização e ensino dos conteúdos curriculares [...]” (Moreira; Silva 2000, p. 18). Segundo estes autores, a Nova Sociologia da Educação representou a primeira corrente sociológica de fato voltada para o estudo do currículo.

A NSE introduziu uma nova forma de analisar o currículo, que incidia exatamente sobre as escolhas que se fazia para definir o que deveria ser ensinado, afirmando que a seleção de conhecimento definida era a expressão dos interesses dos grupos que detinham maior poder para influir nessa definição. Assim, de uma visão de currículo supostamente neutra, não problematizadora das escolhas realizadas em torno do conhecimento, passava-se a uma visão crítica dessas escolhas, que claramente assumia o viés político da temática do currículo (Galian; Louzano, 2014, p. 1111).

As questões curriculares fazem parte das investigações de inúmeros pesquisadores educacionais ao longo da história, na perspectiva de evidenciar o campo do currículo como espaço de luta, contestação e resistência. A internacionalização significa a modelação dos sistemas e instituições educacionais conforme expectativas nacionais definidas pelos

organismos internacionais ligados às grandes potências econômicas mundiais, com base em uma agenda globalmente estruturada para a educação, as quais se reproduzem em documentos de políticas educacionais nacionais como: diretrizes, programas e projetos de leis.

Nas primeiras décadas do século XX, foram introduzidas políticas baseadas no movimento da Escola Nova, inspirado em John Dewey e em outras orientações modernas, expressas no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova lançado em 1932, liderado por Anísio Teixeira, na década de 1980, em favor de uma visão crítica da democratização da educação por meio do acesso aos conteúdos significativos. Franco Cambi (1999) esclarece que o movimento da Escola Nova surge em resposta à sociedade industrial e tecnológica.

As primeiras Escolas Novas surgiram na Europa e na América por volta de 1889 a 1900, na Inglaterra, com Cecil Reddie (1858-1932). Para ele, o ensino deveria atender as demandas da sociedade moderna. Assim, outras escolas foram fundadas por diversos teóricos, inovando cada vez mais em suas práticas educacionais, na década de 1930, registraram-se grandes mudanças na educação brasileira, atingindo todos os níveis de ensino em esfera nacional. Este momento representa o fim da Primeira República, dando início à posse do governo provisório de Getúlio Vargas.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, os escolanovistas, tornou-se um documento histórico escrito por Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, entre outros, que veio suprir as necessidades políticas e sociais da época, com o intuito de minimizar os fracassos existentes naquele momento, enaltecendo o exercício dos direitos da população brasileira, principalmente na educação, para que todos tivessem oportunidade de uma escola de qualidade, obrigatoriedade e de gratuidade. Paschoal Lemme (2005) faz uma breve descrição sobre a finalidade do documento, destacando algumas características fundamentais, como por exemplo:

1. O documento é permeado por uma concepção de educação natural e integral do indivíduo, com o respeito à personalidade de cada um, mas, ao mesmo tempo, sem esquecer que o homem é um ser social e tem por isso deveres para com a sociedade: de trabalho, de cooperação e de solidariedade [...]
2. A educação deve ser um direito de todos, de acordo com suas necessidades, aptidões e aspirações, dentro do princípio democrático da igualdade de oportunidades para todos.
3. Por isso mesmo, deve caber ao Estado, como representante de todos os cidadãos, assegurar esse direito, tornando-se assim a educação uma função essencialmente pública. [...] (Lemme, 2005, p. 172)

Assim como os princípios da educação ativista, o Manifesto dos Pioneiros propunha uma sociedade homogênea e progressista, para que todos pudessem ter oportunidades igualitárias. Porém, na atualidade, vivemos num estado democrático por lei, conquistado por meio de lutas.

Uma das orientações mais expressivas das atuais políticas do Ministério da Educação – MEC – é a proposta de escola de tempo integral presente no documento Educação integral (Brasil, 2009) parte do entendimento de que a escola precisa mudar seu papel convencional, assumindo outras funções não tipicamente escolares, ou seja, as funções de educadora e protetora. A política pública educacional visa ações que são criadas pelos governos para colocar em prática medidas que garantam o acesso à educação para todos, e ajudar a melhorar a qualidade do ensino do país. As políticas de educação são garantidas pela Constituição Federal e por outras leis, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96).

O direito dos cidadãos de ter acesso à educação é garantido pela Constituição Federal no artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988).

A lei também define que:

Os princípios que devem ser a base do sistema de educação, quais são as obrigações do governo no oferecimento da educação aos seus cidadãos, idade adequada para cada nível de estudo, desde a educação infantil básica até o ensino superior universitário, os tipos de programas educacionais que devem ser oferecidos, como: educação básica, especial, à distância, profissionalizante e de jovens e adultos.

Direitos Humanos e Educação LGBT

A comunidade estudantil LGBT's é vista como exemplo de “minorias” discriminadas, seus espaços legais como forma de garantir direitos declarados e não efetivados, e que se evadir do direito da educação desfavorece a integração das famílias homoparentais com a comunidade escolar. Também compromete a inclusão educacional e a implica na relação professor-estudante. É importante problematizar o enfoque individual e psicológico desse preconceito vivenciado diariamente por LGBT's no ambiente que tinha que ser acolhedor. A educação tem reconhecimento com dimensão universal por meio de tratados, convenções em que o Brasil é signatário e que reconhece a igualdade de direitos a todos e todas. Na busca da igualdade de direitos e no exercício da cidadania. Sobre este aspecto, Carlos Cury faz a seguinte consideração:

A declaração e a garantia de um direito tornam-se imprescindíveis no caso de países, como o Brasil, com forte tradição elitista e que tradicionalmente reservam apenas às camadas privilegiadas o acesso a este bem social. Por isso, declarar e assegurar é mais do que uma proclamação solene. Declarar é retirar do esquecimento e proclamar aos

que não sabem, ou esqueceram que eles continuam a ser portadores de um direito importante. Disso resulta a necessária cobrança deste direito quando ele não é respeitado (Cury, 2002. p. 246).

A educação inclusiva ao longo da história no Brasil é marcada pela influência do padrão heterossexual, desta forma a homofobia está presente na sociedade nas mais variadas instancias; institucional, religiosa, política e cultural e a escola é uma dessas instancias onde dependendo do comportamento e práticas pedagógicas pode reafirmar a homofobia ou reconhecer a diversidade e pluralidade de identidade.

Embora os/as educadores/as tenham compromisso de respeito a diversidade sexual ainda vivenciam indícios de homofobia liberal (sutil) expressos de forma camufladas e negada (Borrillo, 2010). Assim, predomina o discurso de politicamente correto, baseado na ideia de livre-arbítrio de opiniões, podemos avançar nos direitos quando eles são discutidos e enfrentados. Nesta perspectiva, os princípios da igualdade e liberdade devem ser repensados.

Hoje, praticamente, não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o acesso de seus cidadãos à educação básica. Afinal, a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania, e tal princípio é indispensável para políticas que visam à participação de todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para reinserção no mundo profissional (Cury, 2002. p. 249).

Nesse processo, a própria Constituição Federal de 1988 já afirmava a necessidade e a obrigação de o Estado elaborar parâmetros para orientar as ações educativas, responde a essas orientações uma série de documentos, entre eles os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), lançados oficialmente em 1997, os PCN foram distribuídos por todo território nacional no início de 1998, pela Secretaria de Educação Fundamental do MEC e receberam por parte dos educadores(as) em geral, alguns elogios e críticas. Ao tratar da introdução do gênero nas políticas públicas de educação, com visibilidade para as demandas em torno da diversidade sexual, é preciso lembrar que a problematização da inclusão educacional LGBT se fez visível e viável, nas demandas realizadas por setores ligadas à área da educação. Os movimentos sociais lutam para além de um espaço escolar inclusivo e democrático, buscam a ampliação e construção de uma cultura do reconhecimento de direitos humanos da diversidade cultural, étnica, racial, de orientação sexual, de gênero, opção religiosa, enfim, entender o sujeito nas suas especificidades.

Em vários países, inclusive no Brasil, o discurso para os sujeitos objeto de direitos, quando se trata das minorias, se dá de forma seletiva, conforme aponta Guacira Lopes Louro, temos:

[...] de um lado, o discurso hegemônico que remete à norma branca, masculina, heterossexual e cristã; de outro lado, discurso plurais, provenientes dos grupos sociais não hegemônicos que lutam para se fazer ouvir, rompendo o silenciamento a que historicamente submetidos (Louro, 2000, p. 56).

Assim é importante destacar a Resolução n.º 12, de 16 de janeiro de 2015;

Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização (Brasil, 2015).

Embora, já possuímos leis infraconstitucionais, pois alguns estados brasileiros têm criados Leis que criminaliza a homofobia, a reivindicação é por um instrumento legal de amplitude nacional para que se tenha relevância social, cultura, e política, insta destacar também o Decreto no 7.388, de 9 de dezembro de 2010, com fundamento no Parecer no 12 de 16/01/2015 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação/GLBT, tomaram como base de fundamentação os seguintes fundamentos legais. Assim, considerando o Art. 5º da Constituição Federal, que estabelece a igualdade de:

[...] todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza - entendendo-se aqui inclusive as diferenças quanto a sexo, orientação sexual e identidade de gênero; (BRASIL, 1988). Considerando os princípios de direitos humanos consagrados em documentos e tratados internacionais, em especial a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), o Protocolo de São Salvador (1988), a Declaração da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, 2001) e os Princípios de Yogyakarta (YOGYAKARTA, 2006 apud, Cidadania Homossexual" (2004), do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (2009), do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH3(2009) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2012), resolve: Art. 1º Deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado (Brasil, 2010).

A partir desse debate, espera-se promover a (inter) locução, a informação e a formação de gestores, educadores e demais pessoas interessadas no campo da educação continuada, tendo em vista que um dos principais empecilhos para a inclusão da diversidade na escola é a falta de (in) formações. A Coleção Educação para Todos, lançada pelo Ministério da Educação e pela UNESCO em 2004, é um espaço para divulgações de textos, relatórios, documentos, pesquisas e eventos, estudos de pesquisadores/as e educadores/as nacionais e internacionais, que tem por finalidade aprofundar o debate em torno da educação para todos e o volume, nº 32 da Coleção,

propõe uma série consistente e articulada de reflexões sobre a produção e a reprodução da homofobia na educação, especialmente no contexto da escola e nos espaços ligados a ela.

Diante do anseio de construirmos uma sociedade e uma escola mais justas, solidárias, livres de preconceito e discriminação, é necessário identificar e enfrentar as dificuldades que temos tido para promover os direitos humanos e, especialmente, problematizar, desestabilizar e subverter a homofobia. Guacira Lopes Louro observa que, embora não se possa atribuir à escola o poder e a responsabilidade de explicar identidades sociais ou de determiná-las de forma definitiva, é necessário reconhecer que “suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentido, têm ‘efeitos de verdade’, constituem parte significativa das histórias pessoais” (Louro, 1999, p. 21).

Sobre a homofobia, a autora ainda acrescenta: “Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo” (Louro, 1999, p. 29). É importante observar, no entanto, que pesquisas têm apontado que, aliada a outros fatores, a formação escolar pode contribuir para promover movimentações neste cenário, sobre a falta de preparo do corpo docente em lidar com a sexualidade e assuntos relacionados. Carvalhos faz a seguinte observação:

Esse conflito de não saber o que fazer diante da situação é interessante para pensarmos como a sexualidade é também problema para os/as adultos/as que não sabem lidar com ela. O não saber lidar e o susto não são atitudes isoladas e pessoais. Esse é um conflito presente no próprio discurso da sexualidade que circula e predomina na nossa sociedade pela vigilância que existe em torno do assunto. Assim, a dificuldade para lidar com a questão poderia ser repetida por qualquer outra pessoa, a fim de redimir da responsabilidade ou para evitar que isso aconteça novamente (Carvalho, 2009, p. 51).

Embora produza efeitos sobre todo o alunado, é mais aplausível supor que a homofobia incida mais fortemente nas trajetórias educacionais e formativas e nas possibilidades de inserção social. É comum a distância entre gerações (educando/educador) e sendo assim, é perceptível a diferenças na forma de pensar e agir de uma geração para outra e sempre será um desafio constante como expõe Fernando Seffner fazendo referência as novas e futuras gerações:

Não se trata de pedir ao professor que esqueça seus valores, e abrace os da nova geração, tornando-se então um “professor moderno” ou uma “professora avançada”. Também não se trata de querer que os alunos vivam segundo os valores em que fomos criados, repetindo na sala de aula frases do tipo “no meu tempo não tinha essa sem-vergonhice toda”, ou “no meu tempo a gente se respeitava”. Nenhum destes extremos é possível, e nem desejável. O ideal é que se estabeleça um diálogo produtivo entre o conjunto de valores e os códigos morais e éticos da professora ou do professor, e o conjunto de valores dos alunos que, por vezes, em ambos os casos, podem ser bastante variados (Seffner, 2009, p. 131).

Ademais, é preciso não descurar que a homofobia, em qualquer circunstância, é fator de sofrimento e injustiça e que os modelos heteronormativo hegemônico resultam em violência, em razão das orientações sexuais e identidade de gênero e isso gera um prejuízo educacional para os educando LGBT's e tal como ocorre com outras “minorias”, esse/a estudante tende a ser constantemente impelido/a a apresentar “algo a mais” para, quem sabe, “ser tratado/a como igual” e que todos tem o direito de serem tratados com respeito.

Homofobia no ambiente escolar: traumas psicológicos e realidade social

O reconhecimento da homofobia como um fenômeno discriminatório a ser enfrentado pelas escolas é recente nas políticas públicas de educação no Brasil, tendo o MEC (2007) apoiado cursos de capacitação de docentes sobre o tema da diversidade sexual. No entanto, apesar das muitas discussões encetadas sobre a homofobia na atualidade e da realização de algumas campanhas e articulações, muito ainda precisa ser feito para a obtenção de resultados significativos nesse campo.

No âmbito da Psicologia, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem empreendido mobilizações acerca da participação de profissionais da psicologia no processo transexualizador, bem como na campanha de despatologização das identidades nesses alunos que enfrentam diariamente traumas que os blindam e os forçam a continuar a jornada estudantil mesmo que seja difícil. No que se refere à problemática da homofobia, a psicologia, de forma direta, tem historicamente contribuído na construção e socialização de concepções com respeito à sexualidade, influenciadas por saberes oriundos das ciências médicas e sexológicas, que enfatizavam, sobretudo, a descrição de comportamentos sexuais tendo como parâmetro uma visão normativa e disciplinar da sexualidade humana (Borges et al., 2013).

O resultado desta pesquisa deve ser interpretado com cautela, dado que as informações ora descritas foram apenas conduzida com contribuições orais e análise do PPP da escola Estadual Leandro Lobão no decorrer das atividades de Estágio Supervisionado vivenciadas por mim na respectiva escola. Para a professora Lilian Pimentel Martins:

Tudo depende da identificação da violência homofóbica, principalmente no ambiente escolar, para que se possa analisar a questão assim procurar ações mais objetivas destinadas ao seu enfrentamento, não podendo nenhum funcionário ou aluno ficar calado quando se ver algo errado, como por exemplo brincadeiras que nitidamente deixa o aluno constrangido.

À medida que um número maior de pessoas com quem conversava compreendia que cada um tem direito a pensar de forma diferente, que dar visibilidade a esses pensamentos é essencial

na transformação da realidade social, mas também principalmente para articular o processo de construção do ensino, da instituição escolar com a diversidade existente na atualidade.

No PPP da escola vigente não foi possível encontrar evasão escolar diante ao tema pesquisado, o grande problema que a escola vem sofrendo é outra questão que precisa ser bastante discutida, a gravidez na adolescência, em que se observa que há alguns anos a escola vem sofrendo mesmo com todos os tipos de informações e promoções pedagógicas não suprindo muito efeito já que cada vez mais e o abandono de jovens mães esta crescendo.

No ambiente escolar é comum identificar o “veadinho da escola”, a “mulher macha”, as “aberrações” quando se dirigem aos transexuais e travestis. Mesmo antes de conhecer a identidade de gênero, o estudante LGBT já é hostilizado por parte dos colegas e alguns professores, experimentando o sofrimento e violência na escola. A escola, a família e a sociedade de modo geral tratam a questão da sexualidade como um problema, especificamente na escola a manifestação da sexualidade torna-se conflituosa, pois esbarra na falta de preparo do corpo docente em lidar com a sexualidade e assuntos relacionados.

Segundo a vice-diretora pedagógica, Cássia Jane Mendonça, o problema mais enfrentado na escola não é a questão da homofobia, pois se percebe que os alunos que enfrentam esse tipo de preconceito entram na “brincadeira” com naturalidade não demonstrando estarem sofrendo, isso talvez seja uma blindagem que os mantém focados no combate dessas “chacotas”, já que para eles quando demonstram não estarem incomodados automaticamente o assunto é distorcido e cai no esquecimento. A construção da masculinidade dentro do quadro das normas de gênero e da heteronormatividade configura-se, portanto, em um processo dotado de altas doses de cerceamento, fazendo com que a parte dominante seja ironicamente “dominada por sua própria dominação”. É importante observar, a formação escolar pode contribuir para promover movimentações neste cenário.

Profissionais da educação, no entanto, ainda não contam com suficientes diretrizes e instrumentos adequados para enfrentarem os desafios relacionados aos direitos sexuais e à diversidade sexual. É comum que tais profissionais declarem não saber como agir quando um estudante é agredido por parecer ou afirmar ser homossexual, bissexual ou transgênero. É perceptível a ausência de tratar desse tema na escola já que a sexualidade é um tabu que perpassa de geração a geração e tratar desse assunto com jovens e adolescentes causa um desconforto, pois alguns relatos de professores é que pais e/ou responsáveis não veem com maturidade essa relação educacional/explicativa para ser tratada com a faixa etária dos alunos matriculados nos períodos manhã e tarde, já que para muitos estão no período de descoberta e tais questionamentos podem ser levados como incentivo para tais práticas homossexuais, observa-

se então a guerra do politicamente correto, o que os profissionais devem tratar para que não haja discordâncias com os pais e/ou responsáveis, já que é extremamente necessário que na escola, tenha trabalhos voltados a problematizar e a subverter a homofobia.

Sendo assim como introduzir tais questões no currículo escolar de uma maneira não heteronormativa? Requer, entre outras coisas, pedagogias, posturas e arranjos institucionais eficazes para abalarem estruturas e mecanismos de (re)produção das desigualdades e das relações de forças. Existem inúmeros mecanismos que, de uma forma ou de outra, dentro e fora da escola, “ensinam” modos de viver não apenas as relações de gênero, mas também o exercício da sexualidade, seus prazeres e desejos, movimentando, dessa maneira, os processos de construção das identidades sexuais. Guacira Lopes Louro (2000, p. 31) pontua que:

Na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou nos cantos escondidos e privados, é exercida uma pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras.

Não há dúvidas, porém, de que com o advento da modernidade nas sociedades os modelos familiares se transformaram significativamente, são importantes para a compreensão das transformações em curso, sendo assim é importante que a educação venha de casa para que assim não haja barreiras para amenizar os traumas psicológicos que diversos alunos/as sofrem com essa discriminação sutil em forma de inúmeras brincadeiras.

Por tanto, aí a importância de se discutirem e problematizarem as representações culturais associadas ao sujeito homossexual nas diversas instâncias sociais, especialmente na escola, já que a escola é um espaço público e coletivo por excelência, importante instância social constituidora de identidades, e preciso discutir e problematizar as sexualidades e as possíveis identidades sexuais. Muito pouco a tem oportunizado discussões sobre os processos em que os sujeitos ditos “diferentes” dificultando ajuda necessária para evitar traumas que muitas vezes são irreversíveis.

Analisando o cenário atual é de total relevância discutir quais as ações que a escola vem tomando diante de um tema tão necessário, o PPP da escola que está em vigência até o ano de 2028 tem algumas premissas como o foco no estudante, a valorização da educação especial e uma agenda antirracista. Sendo assim, a existe um plano de ações e estratégias em que para minimizar a questão do bullying que envolve questões de gênero e racial trabalham para promover uma educação que possibilite a reflexão-ação-reflexão tendo em vista formar cidadãos críticos, autônomos, criativos, éticos, participativos e solidários.

Nesse sentido, com frequência, discute-se com o corpo docente trabalhar com base nas próprias experiências dos alunos, transformando-os em protagonistas do processo do ensino-aprendizagem, enquanto o educador atua como mediador. A partir da análise e observação dessas experiências é que metas são traçadas, ajustando as ações conforme vão sendo alcançadas.

Para garantir a segurança dos alunos que sofrem algum tipo de constrangimento seja por raça ou orientação sexual a escola promove rodas de conversa e palestras, sobre temas importantes, sempre procurando preservar a identidade desses alunos para não se sentirem constrangidos, essas palestras são promovidas geralmente pela psicóloga Mayara Vasconcelos, a presença dessa profissional tem um papel importante para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, pois visa à superação de alguns traumas que alunos excluídos sentem. A presença de psicólogos em escolas pública é uma obrigação legal pois a lei 13.935/2019 determina que escolas de rede básica de ensino devem ter psicólogos e assistentes sociais em seus quadros. Esses profissionais têm por função tratar os casos de preconceitos e estigmatização social dos que estão sofrendo no desenvolvimento socioemocional e tratar esses alunos-problema e devolvê-los a sala de aula bem ajustados. Outro plano de ação tem foco na cultura e paz envolvendo a questão do bullying tendo como profissional a frente desse plano a vice-diretora Nirvana do Socorro Cavalcante.

Tais planejamentos dessas ações que são desenvolvidas pela coordenação escolar precisam ser encarados como um processo contínuo de conhecimento, análise e (re)direcionamento das ações e estratégias definidas coletivamente, com qualidade da educação ofertada para os estudantes da referida escola. Portanto é muito importante discutir o problema e que possam se buscar medidas para minimizar os traumas psicológicos que muitos alunos sofrem dentro de um ambiente que era para ser acolhedor.

Estratégias e desafios para acesso e permanência de estudantes LGBT na escola

Torna-se necessário criar um ambiente escolar onde a comunidade LGBT não seja tratada como coitadinhos ou cidadãos de “segunda classe”. A promoção da cultura da resistência, é indispensável pois podemos perceber estratégias de empoderamento pessoal, social e político que levam os LGBT a estabelecerem um encontro com o poder. Proporcionar uma interação entre todos/as os educandos por meio do convívio democrático e promover discussões de temas relevantes como gênero, sexualidade, orientação sexual, reconhecimento e respeito à diversidade sexual, permitindo que eles se organizem e reivindiquem melhores condições de

vida, desconstruindo estigmas e preconceitos e promovendo a construção da cidadania, por sua vez conscientizar os educandos, na perspectiva do Estado Laico, que os espaços públicos são direitos de todos/as e a escola é direito de todo cidadão previsto na constituição.

Diante de tal complexidade, de forma bastante rápida, propomos um recorte sobre as relações possíveis entre essa comunidade e o campo da educação, uma complexidade que requer problematizações com outras categorias políticas de análise, entre elas, classes sociais, raças e etnias, gêneros, orientação sexual, relações intergeracionais etc. É necessário que conste nos documentos oficiais da escola, como por exemplo, nos projetos pedagógicos, planos curriculares e regimentos escolares o respeito e a inclusão da população LGBT, discutindo com a comunidade escolar sobre os Direitos Humanos.

Importante lembrar que quando um homossexual chega à escola, ele já viveu alguns transtornos na esfera familiar e comunitária, apresentando uma base emocional fragilizada que a impede de encontrar forças para enfrentar os processos de estigmatização e a discriminação que a própria escola, com seus alunos, professores, funcionários e dirigentes, exerce, dada a desinformação a respeito do convívio com a diferença e suas singularidades. Quanto mais enrijecidos e cristalizados forem os valores norteadores dos programas de ensino, quanto mais reguladoras forem as atividades formadoras, mais reificação de desigualdades, discriminação e exclusão social será estabelecida referenciais dos pseudomoralistas e conservadores.

Criar parceria com vários segmentos da sociedade que esteja engajado na causa LGBT com o objetivo de conscientizar e informar, por meio de materiais e atividade na escola. Buscar uma gestão engajada e aberta a discutir temas como a homofobia, com o objetivo de encontrar formas de combater a violência, pensar que definitivamente teremos uma escola de qualidade sem que tenhamos o cuidado e preocupação com a exclusão das diferenças, a escola precisa ir além dos conteúdos formais e agregar, cada vez mais, as dimensões da formação humana.

Uma suposta neutralidade política escolar está sendo definitivamente posta em xeque. O momento atual aponta para um processo escolar que em todos os níveis (inclusive nos cursos de formação de educadoras/res) esteja minimamente articulado com políticas públicas que possam combater e minimizar as injustiças e as desigualdades sociais. Um bom começo é problematizar o entendimento sobre os traumas psicológicos da discriminação e o que eles causam nesses educandos por sofrimento constante no ambiente escolar.

Referências

BORGES, Lenise Santana et al. Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 3, p. 730-745, 2013.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto n.º 7.388, de 9 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD. Brasília: Gabinete da Presidência, 2010.

BRASIL. **Resolução n.º 12, de 16 de janeiro de 2015**. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização. Brasília: CNCD/LGBT, 2015.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Porto: Afrontamento, 1979.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à Educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-262, 2002.

FERNANDES, Estevão Rafael. **“Existe índio gay?”: a colonização das sexualidades indígenas no Brasil**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

FERNANDES, Estevão Rafael. A colonização das sexualidades indígenas: um esboço interpretativo. **Enfoques**, v. 15, p. 50-56, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. vol.1. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GALIAN, Cláudia Valentina A.; LOUZANO, Paula B. Jorge. Michael Young e o campo do currículo: da ênfase do “conhecimento dos poderosos” à defesa do “conhecimento poderoso”. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 4, p. 1109-1124, 2014.

HENRIQUES, Ricardo et al. (Orgs.). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília: MEC/SECAD, 2007.

HUDSON, Walter; RICKETTS, Wendell. A strategy for the measurement of homophobia. **Journal of Homosexuality**, v. 5, n. 4, p. 357-372, 1980.

JUNQUEIRA, Rogério D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas**, v. 1, n. 1, p. 145-165, 2007.

LEMME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 86, n. 212, p. 163-178, 2005.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Sexualidade, Deficiência e Gênero: reflexões sobre padrões definidores de normalidade. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematização sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/SECAD; Unesco, 2009, p. 365-291.

MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomas Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo. In. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2000, p. 7-37.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e armadilhas na Articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: Problematização Sobre a Homofobia nas Escolas. Brasília: MEC/SECAD; Unesco, 2009, p. 125-139.